

A contribuição da estética romântica para a construção da identidade nacional

The romantic aesthetic contribution to the construction of national identity

Rondinele Aparecido Ribeiro¹

FANORPI/UNIESPI

Resumo: A independência política brasileira é atingida em 1822, mas nesse período o país ainda não tem definida sua identidade. Assim, é lícito afirmar que a Literatura romântica terá papel decisivo na definição de nossa identidade. Nesse processo de construção, o índio é eleito como verdadeiro símbolo de nacionalidade e as obras se revestem num forte tom nacionalista ufanista marcada pela adoção de um forte tom artificial e idealizante, já que a produção literária do período representou a busca por um passado que é idealizado e saudoso, mas que muito bem pode ser resgatado como algo positivo. O desenvolvimento do Romance Indianista como uma forma de representar um projeto mítico para o ideário nacional marca esse período, que elege o índio como representante de um passado mítico. Dessa forma, este artigo tem como objetivo tecer considerações acerca da contribuição do Romantismo para a formação de uma consciência identitária nacional.

Palavras-chave: Identidade. Representação. Romantismo. Indianismo.

Abstract: The Brazilian political independence is achieved in 1822, but during this period the country has not yet defined its identity. Thus, it can be said that the romantic literature will play a decisive role in defining our identity. In this construction process, the Indian is elected as true symbol of nationality and works to coat a strong vainglorious nationalist tone marked by the adoption of a strong artificial and idealized tone, as literary production of the period represented the search for a past that is designed and homesick, but it very well may be redeemed as something positive. The development of Indianist Novel as a way to represent a mythical project for the national brand ideas that period, which elects the Indian as representative of a mythical past. Thus, this article aims to make considerations about the Romantic contribution to the formation of a national identity consciousness.

Keywords: Identity. Representation. Romanticism. Indianism.

Submetido em 16 de novembro de 2016.

Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Introdução

O Brasil conquistou sua independência política em 1822, mas é válido lembrar que nesse período o país ainda não tinha definida sua identidade. Dessa forma, o Romantismo será a estética que terá o fator decisivo para balizar as questões inerentes a esse processo. Na Europa, o Romantismo foi a tendência que dominou a produção artística de boa parte do século XIX. No Brasil, essa mesma estética teve o papel de

¹ Graduada em Letras – Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: rondinele-ribeiro@bol.com.br

orientar a produção das obras nacionais regradas a uma visão paradisíaca que os autores nutrem em relação ao país. Todo esse processo é resultado de uma tentativa de superar os valores lusitanos presentes no país. Valdemar Valente Junior (2008) comenta que desse processo de independência culmina o sentimento de “lusofobia”, ou seja, aversão aos valores estrangeiros.

Em suma, a busca por identidade nacional atravessava um cenário cuja formação étnica híbrida foi marcada por grandes diferenças. De fato, o ideário de construção identitária brasileira imbrica-se na atitude dos poetas e escritores românticos, que explorarão em suas obras essa vertente nacionalista, o que servirá para abandonar as heranças portuguesas. Dessa forma, nesse processo, a literatura terá importância fundamental, haja vista que por integrar a cultura do país, servirá como fator de construção sobre a alma do que é ser nacional, um processo, que no Brasil, serviu primeiramente como um projeto político diferenciado de todo o restante do mundo.

1 Traçando os rumos de uma independência cultural

Enquanto um conceito que emerge da modernidade, a definição de nação vai ser construída a partir do século XVIII e atinge seu intento já no século XIX. Para Figueiredo e Noronha (2005), os românticos valeram da particularidade da independência política para construir e afirmar nossa identidade. Para corroborar a tese exposta, basta observar que na esfera literária tal tentativa de construção identitária brasileira é conseguida a partir do livro de Ferdinand Denis, intitulado *Resumo da História da Literatura Brasileira*. A obra, datada de 1826, foi a primeira a se empregar o termo literatura brasileira como forma de distinção da literatura portuguesa.

Assim, os literatos foram incumbidos dessa missão de construção de uma literatura genuinamente nacional, que refletisse o caráter brasileiro em um grande exemplo de patriotismo. Sobre essa assertiva, Candido (1993) comenta que a literatura constitui-se como uma parcela de um esforço amplo e construtivo com a intenção de contribuir com os rumos da nação:

Se o Brasil era uma nação, deveria possuir espírito próprio como efetivamente manifestara pela proclamação da Independência; Decorria daí, por força, que tal espírito deveria manifestar-se na criação literária, que sempre o exprimia, conforme as teorias do momento (CANDIDO, 1993, p. 313)

Dessa forma, a visão que permeia os textos críticos do século XIX revela um posicionamento de que os brasileiros são fruto de uma cultura híbrida. Assim, empregar a figura do índio no ideário romanesco nacional como forma de idealizá-lo aos moldes do que ocorria com cavaleiro medieval europeu servem para ilustrar como essa exaltação em prol da formação da identidade nacional é atingida.

Observa-se que a primeira geração romântica terá o papel comprometido de trabalhar os ideais para se construir uma identidade nacional. Assim, em torno da temática indígena gravitará um projeto de viabilidade acerca da construção do ideário nacional. Dessa forma, a partir do contato que o grupo de intelectuais brasileiros manteve com novas ideias advindas de intelectuais franceses, é lançado um manifesto romântico na *Revista Niterói*, o que é considerado um marco do Romantismo brasileiro. Utilizando o tema “tudo pelo Brasil e para o Brasil”, o grupo de intelectuais se concentrou em traduzir os ideais que traduziam a significação do que era ser brasileiro. Nesse processo, o índio e a natureza irão ser alçados como princípios constituintes básicos.

Foi com a estética romântica, no decorrer do século XIX, que propiciou aos artistas e intelectuais a voltar o seu projeto de fundação de uma nação bem como questões que o tornavam diferentes de outras nações europeias. Como parte integrante desse projeto, o grupo de intelectuais buscou nas tradições, na religiosidade, nos costumes e na natureza elementos que irão compor a tradução de uma nacionalidade ascendente.

Antonio Candido, na introdução de sua obra *Iniciação à Literatura Brasileira* assevera que “no tempo da nossa independência, proclamada em 1822, formou-se uma teoria nacionalista que parecia incomodada por este dado evidente e procurou minimizá-lo, acentuando o que haveria de original e diferente” (CANDIDO, 1993, p. 11). O grupo defendeu os motivos e temáticas da nacionalidade brasileira que se preocuparam em retratar de perto a fala e a expressão de um cotidiano nacional, que toma expressão na literatura uma afeição distanciada da portuguesa.

Candido explica esse processo:

Trata-se de uma atitude compreensível como afirmação política, exprimindo a ânsia por vezes patética de identidade por parte de uma nação recente, que desconfiava do próprio ser e aspirava ao reconhecimento dos outros. Com o passar do tempo foi ficando cada vez mais visível que a nossa é uma literatura modificada pelas condições do Novo Mundo, mas fazendo parte orgânica do conjunto das literaturas ocidentais (CANDIDO, 1993, p. 11).

No plano literário, o romance emerge como gênero profícuo ao representar muito mais o indivíduo do que o povo a que pertence. Tal fato deve-se ao triunfo do sujeito que representa a luta do ser humano comum para transformar sua identidade representada por meio de uma sociedade que oprime o indivíduo em detrimento dos valores coletivos.

Para Abdalla e Campedelli (2004, p. 73), “a instauração do Romantismo no Brasil coincidiu com o processo de afirmação de nossa independência”, o que nos permite afirmar que as aspirações artísticas no sentido de libertar dos desígnios portugueses desenvolve uma efetiva consciência nacional, o que permite dizer que essa estética ganha contornos mais relevantes quando se mergulha na grande temática indianista na literatura brasileira – adaptação das postulações filosóficas cunhadas por Jean Jacques Rousseau, a ideologia do “Bom Selvagem”, que apregoava uma visão idílica do índio. Assim, essa visão irá permear a literatura brasileira do século XIX, alçando o índio como protagonista nacional. Dessa forma, o índio é eleito como verdadeiro símbolo de nacionalidade, visão extremamente influenciada pela atitude romântica de valorizar o passado histórico e que tem no cavaleiro medieval o símbolo máximo de heroísmo. Como no Brasil não se teve Idade Média, o índio é alçado ao posto de cavaleiro, por isso sua representação com traços de bravura, heroísmo, pureza e força.

Segundo Zilberman (1999), o Indianismo foi a “matriz de todo o mito”, uma resposta à volta às origens, a essa necessidade de harmonizar toda a realidade. Deformando positivamente todos os cantinhos do problema, criou uma grande epopeia nacional, com verossimilhança, personagens esplêndidos, estabelecendo uma imagem idealizada do homem brasileiro. E como tal seu produto final foi bem sucedido, uma vez que, “[...] fundava-se na lógica de que, se a raiz fora boa e forte, inevitavelmente seus frutos – os homens que no presente comandavam a política do país – também tinham valor” (ZILBERMAN, 1999, p. 44).

Vale ressaltar que essa busca pela identidade se dá em detrimento do reconhecimento do negro na formação brasileira. Nas palavras de Figueiredo e Noronha (2005, p. 195), “vai se buscar inspiração naquele que é autóctone e dono original da terra, enquanto o negro atende ser de fora como o português marcado pelo estigma da escravidão”.

Acerca da estética romântica, Valdemar Valente Júnior (2008, p. 35) postula que “o sentido de uma nacionalidade literária funda-se no amor à pátria”. Dessa forma, o Romantismo fará parte desse ideal, ganhando contornos nacionalistas ufanistas. Insere-se nesse contexto, a produção de Gonçalves Magalhães. Sua obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, publicada em 1836 oficializa entre nós a introdução da estética romântica. Essa conquista inicial insere-se num quadro mais amplo de rupturas com fatores de nossa dependência cultural.

De fato, o autor foi o primeiro na tarefa de repensar os rumos literários brasileiros. Sua obra é vista como esforço inicial e oficial na tentativa de dotar o país de representação cultural efetiva. É importante ressaltar ainda que a divulgação desse ideário foi possível graças ao surgimento de veículos de publicação, tais como a *Revista Niterói*, de 1836, onde foi publicado *Suspiros Poéticos e Saudades* bem como as revistas *Minerva Brasiliense*, de 1843, e *Guanabara*, de 1849.

Sobre esse aspecto, faz-se necessário citar o ponto de vista de Antonio Candido:

Foi, portanto, um grupo respeitável que conduziu o Romantismo inicial para o conformismo, o decoro, a aceitação pública. Nada revolucionário de temperamento ou de intenção e além do mais sem qualquer eventual antagonismo por parte dos mais velhos, poucos e decadentes, o seu trabalho foi oficializar a reforma (CANDIDO, 1993, p. 42).

Para a estudiosa Regina Zilberman, em seu artigo *História da Literatura e Identidade Nacional*, o primeiro caráter empregado para julgar uma obra pertencente ao rol elevado de literatura brasileira foi justamente o seu traço nacional ou a cor local que possuía. A autora sustenta a tese de que logo após ter proclamado a sua independência, uma das medidas que foram tomadas pela elite foi justamente a elaboração de uma narrativa para o passado da literatura do país que começava a marcar a sua existência.

Para Zilberman, a nação recém-liberta estava ausente de um conteúdo para reger tais narrativas, uma vez somente a partir de sua condição de país recém-liberto é que seria possível ter produtos culturais que fossem responsáveis por marcar sua situação de país independente. Assim, nesse contexto pós-independência se dará início à consecução de um projeto ideológico de grande consistência fortemente calcado no conceito de nação:

O cumprimento das duas primeiras tarefas justificava a atividade do historiador; a resolução do terceiro legitimava-o perante a sociedade, pois, por meio da literatura, o país recebia atestado de nação, incluindo-o ao rol dos territórios civilizados e progressistas, os mesmos onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX (ZILBERMAN, 1999, p. 27).

Outra estudiosa de cujas tessituras podemos nos valer para acrescentar postulações acerca da discussão ora proposta é a estudiosa Zilá Bernd. Em sua obra *Literatura e Identidade Nacional*, a autora postula que o processo de construção da identidade nacional brasileira está atrelado à narrativa e, conseqüentemente, à literatura. Sobressai nas ideias defendidas pela estudiosa alguns apontamentos extremamente importantes, todavia, o presente artigo se deterá a abordar dois deles. Um primeiro considera que a construção da identidade é quase impossível estar desassociada de uma narrativa. Já quanto ao segundo aspecto, a autora traz à baila a questão acerca da importância que a literatura tem enquanto legítimo instrumento que participa do processo de construção da identidade nacional. Para tanto, Zilá Bernd trabalha com a ideia de exclusão e de transgressão. A autora acaba situando essa busca por uma definição identitária em dois momentos encarados pelo crítico Edouard Glissant como caracterizadores de duas das principais funções da literatura: a dessacralização e a sacralização. Para o estudioso, a primeira, corresponde ao processo de desmontagem da engrenagem. Já o segundo, trata-se do caráter de união de comunidades com relação a seus mitos, crenças, imaginários e ideologias.

Continuando as discussões acerca desse processo, Zila Bernd entende o momento de sacralização na literatura brasileira justamente o momento em que o índio é incluído nas narrativas e o negro passa por um processo de exclusão por significar o estrangeiro, portanto o que não cabia nos propósitos do grupo. Já quanto ao processo intitulado de dessacralização, a estudiosa o interpreta no momento em que se recupera todo o discurso de um grupo que fora excluído ao longo do processo.

Nas palavras da autora:

[...] a literatura atua em determinados momentos históricos no sentido da união da comunidade em torno de seus mitos fundadores, de seu imaginário ou de sua ideologia, tendendo a uma homogeneização discursiva, à fabricação de uma palavra exclusiva, ou seja, aquela que pratica uma ocultação sistemática do outro [...] (BERND, 2003, p. 33).

Para a autora, em se tratando de Literatura Brasileira, o outro pode ser tanto o negro quanto o índio. O primeiro porque sua representação é recorrentemente ocultada e o segundo pelo fato de sua representação ser inventada.

Com a tarefa de validar sua tese proposta de que a literatura brasileira pode ser caracterizada pela ambivalência de dois momentos, a autora acaba fazendo um levantamento acerca de produções que apresentam de uma forma mais clara a intenção de ser incluída no projeto de construção ou de desconstrução acerca da nacionalidade brasileira. Para tanto, inicia seu estudo por obras denominadas por ela de textos inaugurais, isto é, aqueles escritos pelos desbravadores e aqueles escritos pelos cronistas de nossas primeiras manifestações literárias, sobressaindo em sua análise o forte viés etnocêntrico de tais produções iniciais de nossa literatura, uma vez que o projeto dos desbravadores caminha na intenção de negar uma identidade aos nativos bem como de negar-lhes uma matriz acerca de nossa identidade.

Já em outra etapa de seu estudo, Bernd tem a concepção de que os dois poemas épicos do Arcadismo, *O Uruguai*, obra datada de 1769 e de autoria de José Basílio da Gama e *Caramuru*, obra datada de 1781 de autoria de Santa Rita Durão tem como finalidade o exercício de um enraizamento e de fixação, tendo como fundamento a eleição da paisagem como um personagem principal. Em sua análise, a estudiosa não deixa de tecer considerações acerca do que denomina de caráter dúbio de uma consciência nacional.

Valem as considerações da autora:

[...] a consciência de nacionalidade que se esboça no século XVIII reveste-se, pois, de um caráter ambíguo uma vez que ao mesmo tempo em que celebra os valores do colonizador, glorifica os do país, interessando-se estética e humanamente pelos nativos (BERND, 2003, p. 46.).

Suplantada a era clássica e inaugurada a estética romântica no país, as obras publicadas no período pautarão sua preocupação com a formulação de contornos que sejam responsáveis por traduzir uma nova concepção de nacional.

No Brasil, tal concepção encontrará no romance o gênero fértil por excelência, um gênero em que os escritores empregarão com bastante verve como forma de anunciar trajetória de um herói simples, que muito se aproxima do povo. Assim, escritores dão vazão a uma imaginação criativa e acabam inventando personagens,

espaços e histórias que remontam ao processo de busca por identidade, por uma alma nacional, mesmo que sacralize um determinado imaginário.

Nas palavras de Bernd (2003, p. 19), “o romantismo realizou uma revolução estética que querendo dar à literatura brasileira caráter de literatura nacional, agiu como força sacralizante [...] trabalhando somente no sentido da recuperação e da solidificação de seus mitos”. Para a autora, o romance *O Guarani*, escrito em 1857 por José de Alencar serve para estruturar o projeto de criação de uma nação brasileira por meio do alicerce fundado no mito indígena representado por Peri e, mais tarde, por *Iracema* e *Ubirajara*. Bernd entende essa representação da valorização do índio como uma forma de legar à recém-criada nação um passado que fosse ao mesmo tempo histórico e repleto de glórias, tal qual se tem em outras civilizações. A autora vai mais longe e chega à conclusão de que era necessário também adotar um modelo de herói repleto de virtudes, valores como honra, virilidade e bondade. Assim, o índio é eleito como esse herói, exemplo de bondade e altivez, como é o caso de Peri, que no romance sacrifica-se a todo momento para proteger sua senhora, Ceci.

Na sequência de seu estudo, que se pautou em deixar claro quais as dominantes do processo que se estende da autonomização a construção de uma identidade nacional, a autora, depois de se debruçar nas produções fundantes da literatura brasileira, estuda a extensa produção alencariana sob o viés invenção e ocultação, ou seja, invenção do índio e ocultamento do negro no processo de representação literário.

A concepção que a estudiosa tem é a de que o conjunto de obra de José de Alencar corresponde a uma espécie de estágio fundador, que se caracteriza, sobretudo pelo emprego exaustivo de mitos fundadores. Vê-se claramente nas concepções da autora que Alencar impregna-se de características românticas da época para alicerçar a idealização dos ícones formadores da nação, que “foram concebidos como heróis no sentido tradicional do termo, ou seja, aqueles que possuem qualidades superiores às dos mortais comuns” (BERND, 2003, p. 51).

Para Valdemar Valente Júnior (2008), foi com a publicação do romance *O Guarani*, de José de Alencar, que se marcou uma tentativa de reconhecimento do homem brasileiro pela literatura. “Essa obra coloca em evidência a necessidade de debate sobre nossa origem” (JUNIOR, 2008, p. 36). Enquanto na Europa, o Romantismo enveredou-se pelo medievalismo, no culto do cavaleiro medieval, no Romantismo brasileiro, o índio será esse cavaleiro, pois além de representar o habitante

primitivo, é puro e casto. Sua caracterização é feita como a de um herói dotado de características exageradas. Suas atitudes morais são inquestionáveis num misto de pureza e integridade. Tais características, evidentemente falando fundamentam-se no mito do “Bom Selvagem”, cunhado por Rousseau, segundo o qual o homem em seu estado primitivo é bom, íntegro. O meio é que o corrompe.

O romance *O Guarani* marca os primórdios de um período de uma tentativa de reconhecimento do homem brasileiro pela literatura. Valdemar Valente Júnior (2008) defende a tese de que diante do desprestígio do branco e da tarefa de autoafirmação de nossa literatura, a grande solução foi recrutar o índio para representar esse papel. Bastou-lhe apenas dotá-lo das condições de aceitação. Basta verificar que o personagem Peri é protótipo da perfeição, tais como a força, a beleza, a juventude, além da valentia. O protagonista que confere nome à obra representa a vassalagem servil de amor cortês medieval trazido para o Brasil e ambientado no período da colonização. Peri é retratado com gestos de nobreza muito mais assemelhado a um cavaleiro civilizado que um homem ambientado à natureza brasileira.

Na obra, Alencar retrata o branco com contornos perniciosos devido a aversão que lhe é conferida. À figura desse personagem histórico recai a culpa pelo atraso cultural que marca nosso sistema colonial.

Considerações finais

Longe de esgotar a abordagem do tema, este artigo propôs-se a tecer considerações acerca da formação identitária do Brasil surgida a partir do Romantismo. Candido (1993) postula que a independência conduziu a manifestações de novos sentimentos e acabou significando a representação de um orgulho patriótico que substituiu o nativismo do século XVIII. Para o autor, o advento dessa nova estética fez emergir uma verdadeira literatura que irá superar a relação mantida com o passado bem como com sua matriz portuguesa.

Nesse processo, os escritores, como pontua Candido sentiram-se no compromisso de participar da construção desse ideário nacional. Assim, o escritor tem tripla função: construir a vida intelectual do país, fundar uma literatura genuinamente nacional e criar os símbolos patrióticos do país. Já quanto aos escritos, a tarefa era dupla ao passo que serviu para aproximar o Brasil da Europa em termos literários bem como servir como meio de representação de um projeto nacionalista para o Brasil.

O ideal literário almejado era o mesmo do projeto político. Vale ressaltar que a independência ocorreu como um acordo unificador de interesses e esqueceu os problemas graves. Assim, a literatura se vê obrigada a forjar mecanismos de compensação. Por isso, as obras se revestem num forte tom nacionalista ufanista marcada pela adoção de um forte tom artificial e idealizante, já que as obras do período representaram a busca por um passado que é idealizado e saudoso, mas que muito bem pode ser resgatado como algo positivo.

O trabalho intelectual passou a ser encarado como prova da capacidade intelectual do brasileiro. Por isso, a literatura ganhou um viés patriótico com o intento de superar a herança colonial e criar uma identidade nacional. Nesse processo, os escritores, como pontua Candido (1993) sentiram-se no compromisso de participar da construção desse ideário nacional. Assim, o escritor tem tripla função: construir a vida intelectual do país, fundar uma literatura genuinamente nacional e criar os símbolos patrióticos do país. Já quanto aos escritos, a tarefa era dupla ao passo que serviu para aproximar o Brasil da Europa em termos literários bem como servir como meio de representação de um projeto nacionalista para o Brasil.

Assim, desenvolveu-se no país o Romance Indianista como uma forma de representar um projeto mítico para o ideário nacional. Nessa busca, elegeu-se o índio como representante desse passado, já que o Brasil não contou com a Idade Média. Assim, a figura do índio é a forma de superação encontrada para libertar de vez o Brasil de suas referências europeias.

Referências

ALENCAR, J. *O Guarani*. Osasco: Novo Século, 2002.

ALENCAR, J. *Sonhos D'Ouro*. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/sonhosdoro.pdf>>. Acesso em 26/02/14

ALENCAR, H. José de Alencar e a ficção romântica. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1969. V 2 Romantismo. p. 217-300.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. V.1 e V.2.

FIGUEIREDO, E. NORONHA, J.M. Identidade Nacional e Identidade Cultural. In: FIGUEIREDO, E (org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

JUNIOR, B.A; CAMPEDELLI, S.Y. *Tempos de Literatura Brasileira*. 6. Ed. São Paulo: Ática, 2004.

OLIVEIRA, S. *Realismo na literatura brasileira*. Curitiba: IESDE, 2008.

BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ZILBERMAN, R. História da Literatura e Identidade Nacional. In JOBIM, José Luis(org). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

JUNIOR, V.V. *Cultura Luso-Brasileira*. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2008.